

U. PORTO

incipit¹

WORKSHOP DE ESTUDOS MEDIEVAIS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO
2009-10

GIHM

GRUPO INFORMAL DE
HISTÓRIA MEDIEVAL



U. PORTO

think medieval

COORDENAÇÃO DE
FLÁVIO MIRANDA E JOANA SEQUEIRA

UNIVERSIDADE DO PORTO
FACULDADE DE LETRAS
BIBLIOTECA DIGITAL, 2012

Grupo Informal de História Medieval
CITCEM, Universidade do Porto, Faculdade de Letras
Via Panorâmica 4150-564 Porto Portugal

www.gihmedieval.com

Incipit 1
Workshop de Estudos Medievais da Universidade
do Porto, 2009–10

COORDENADORES

Flávio Miranda
CITCEM, Universidade do Porto

Joana Sequeira
CITCEM, Universidade do Porto

Porto, 2012
Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital
ISBN: 978-972-8932-94-7

Apoio:

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

 **CITCEM**
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

U. PORTO

Ficha técnica

Título: Incipit 1. Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto, 2009–10

Coordenadores: Flávio Miranda, Joana Sequeira

Editor: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital

Local de edição: Porto

Ano de edição: 2012

ISBN: 978-972-8932-94-7

Capa: Flávio Miranda

Grupo Informal de História Medieval

CITCEM, Universidade do Porto, Faculdade de Letras

Via Panorâmica 4150-564 Porto Portugal

www.gihmedieval.com

SUMÁRIO

Lista de autores	vii
<i>Incipit</i>	ix
Filipa Lopes O Domínio Fundiário do Mosteiro de Paço de Sousa nos séculos XI e XII. Apresentação de um Projecto de Dissertação de Mestrado em História Medieval.....	1
Giulia Rossi Vairo <i>Pro Salute Animae</i> : a peregrinação do rei D. Dinis a Compostela.	9
João Costa Palmela nos finais da Idade Média. Estudo do códice da Visitação e Tombo de propriedades da Ordem de Santiago de 1510. Apresentação do projecto de Mestrado	23
Thiago Borges Da sacralidade à centralidade: breve análise comparatista acerca das representações cartográficas da cidade de Jerusalém nos mapas-múndi medievais do século XIII.....	31
Helena Regina Lopes Teixeira Elites Sociopolíticas na Urbanização do Porto no Final da Idade Média.....	45
Maria Amélia Álvaro de Campos Estudar uma Colegiada Urbana Medieval no contexto de um projecto de doutoramento.....	57
Marta Dias A Liturgia dos Defuntos na Arte Funerária Medieval	65
Rita Nóvoa As atitudes face à doença no Portugal dos séculos XIV e XV: a lepra, os leprosos e as leprosarias.....	77
Gonçalo Graça Portugueses na Biscaia nos finais da Idade Média.....	89
Helena Pizarro A Rua Nova na cidade do Porto entre os séculos XV e XVI: urbanismo, construção e sociedade	99

LISTA DE AUTORES

Thiago Borges

Universidade de Lisboa

Maria Amélia Álvaro de Campos

Universidade de Coimbra

João Costa

CEH, Universidade Nova de Lisboa

Marta Dias

CITCEM, Universidade do Porto

Gonçalo Graça

Universidade da Cantábria

Filipa Lopes

CITCEM, Universidade do Porto

Rita Nóvoa

IEM, Universidade Nova de Lisboa

Helena Pizarro

Universidade do Porto

Helena Teixeira

CITCEM, Universidade do Porto

Giulia Rossi Vairo

IHA, Universidade Nova de Lisboa

INCIPIT

Mais de dois anos depois da realização do primeiro Workshop de Estudos Medievais (WEM), é finalmente publicado o volume inaugural que reúne os textos apresentados e discutidos pelos oradores das edições de 2009 e 2010. Organizado pelo Grupo Informal de História Medieval da Universidade do Porto, com a colaboração do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM), e do Curso de Mestrado em História Medieval e do Renascimento da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, o WEM é um fórum anual de discussão científica destinado a mestrandos e doutorandos em Estudos Medievais.

Este volume não é temático. Nas primeiras duas edições do WEM foram debatidas questões relacionadas com as ordens militares, história urbana, arte funerária, cartografia histórica, e questões sobre os portugueses como estrangeiros, domínios fundiários de mosteiros, colegiadas urbanas e a lepra em Portugal na Idade Média. Os leitores encontrarão aqui um conjunto de trabalhos em estado embrionário: são ideias de um projeto, hipóteses de investigação e resultados preliminares de estudos de história, história da arte e cartografia histórica. Para alguns dos autores, esta é mesmo a sua primeira publicação científica. Daí que *Incipit* seja o título adequado para este volume – por representar um começo e poder ser o princípio de uma carreira de investigação.

Este volume é o produto do trabalho dos mestrandos e doutorandos que participaram no WEM, cujos textos foram apreciados numa primeira fase por professores de várias universidades portuguesas, para estes que os pudessem melhorar e desenvolver. O nosso primeiro obrigado é endereçado aos autores e a todos os professores que contribuíram com a sua experiência e conhecimento nas sessões do WEM. Os editores querem ainda agradecer a todos os membros do Grupo Informal de História Medieval, ao Professor Luís Miguel Duarte e à Professora Cristina Cunha (então diretora do curso de mestrado de História Medieval e do Renascimento); ao Professor Gaspar Martins Pereira, pelo apoio do CITCEM a esta iniciativa, e à Dr.^a Paula Montes Leal, pelo excelente trabalho na organização. Gostaríamos ainda de agradecer o apoio financeiro concedido pela Reitoria da Universidade do Porto e a Fundação para a Ciência e a Tecnologia para a organização do WEM e publicação deste volume.

Porto, novembro de 2011
Flávio Miranda
Joana Sequeira

**Palmela nos finais da Idade Média.
Estudo do códice da Visitação e Tombo de propriedades da
Ordem de Santiago de 1510
Apresentação do projecto de Mestrado¹**

João Costa
CEH, Universidade Nova de Lisboa

Resumo

Apresentação do projecto de mestrado em História Medieval, intitulado *Palmela nos finais da Idade Média – estudo do códice da visitação da Ordem de Santiago de 1510*. Trata-se de um primeiro esboço do projecto, apresentando as linhas de enquadramento historiográfico do tema, e a organização geral do trabalho: estudo do códice, propriamente dito, da sua tipologia documental e organização interna; análise das paisagens rurais e urbanas da comenda de Palmela; e, por fim, o estudo da componente humana desse território, com ênfase dado às práticas de religiosidade coevas.

Abstract

Presentation of the master's degree project in Medieval History, entitled *Palmela in the late Middle Ages - the study of the codex of the visitation of the Order of Santiago of 1510*. This is a first draft of the project, showing the lines of historiographical framing of the topic, and general organization of the work: a study of the codex itself, its documentary typology and internal organization; analysis of rural and urban landscapes of the commendation of Palmela; and, finally, the study of the human component of this territory, with emphasis given to the religious practices.

A escolha do tema de tese em elaboração teve, na sua base, um forte cunho de gosto e vontade pessoal. Estando, desde há vários anos para cá, ligado a Palmela, nomeadamente à equipa da Dr^a. Isabel Cristina Fernandes, o estudo daquela vila sempre se me afigurou como um objectivo (patente) no meu futuro académico. Assim, no âmbito do meu percurso em contexto de licenciatura, acabei por deparar-me com as visitasões da Ordem de Santiago à vila de Palmela e, desde logo, desenvolvi um fascínio enorme pela alargada abrangência deste tipo documental. Posteriormente, o passar dos tempos fez com que esteja, até hoje, e espero que por muitos e frutíferos anos, ligado ao projecto de transcrição e publicação de documentos (fontes primárias) pelo CEH-UNL, no âmbito do qual acabei por transcrever o códice em causa, cuja publicação aguarda o reavivar do projecto referente à Ordem de Santiago.²

De início, a ideia seria a de, já neste ciclo de estudos, elaborar uma monografia da vila ou da comenda de Palmela, ou mesmo um estudo integrante dos dois. Contudo,

¹ O texto que se segue é, *grosso modo*, o mesmo que foi redigido aquando da nossa participação no WEM 2009. Dois anos depois, o projecto de investigação aí apresentado sofreu, durante esse mesmo tempo, algumas modificações ao nível do plano de trabalhos e do desenvolvimento do seu conteúdo, processo este que culminou com a sua aprovação, em prova pública de defesa de tese realizada a 6 de Outubro de 2010 na FCSH-UNL, com arguência da prof.^a Paula Pinto Costa, cujas sugestões de investigação por esta apresentadas quer no WEM 2009, quer na sobredita defesa de tese queremos aqui agradecer (para uma leitura integral desta investigação, consultar: <http://run.unl.pt/handle/10362/5694>). Em anexo, colocamos, a título indicativo, uma bibliografia exaustiva sobre o tema estudado, a que se junta o índice final do projecto de mestrado já aprovado, e cuja leitura permitirá entender a evolução operada neste projecto ao longo dos seus dois anos de execução. Por último, optámos por manter, como acima afirmámos, a quase totalidade do texto de 2009, uma vez que consideramos que tudo na vida tem o seu tempo e lugar.

² AN/TI, Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago/Convento de Palmela, códice 151, mf. 727/727A

os novos ditames legais circunscrevem significativamente os limites de trabalho do investigador mestrando, tanto ao nível do tempo disponível para a sua execução, como das páginas a ocupar com a dissertação. Assim, a ideia de seguir a mesma linha de investigação, mas a um nível mais restrito, conduziu, através da orientação dos Professores Bernardo Vasconcelos e Sousa e Luís Filipe Oliveira, à escolha deste códice para base de trabalho.

Porém, um problema desde logo se levantou, e que era o do mesmo documento ter sido já usado, em 2004, em três teses elaboradas no âmbito da FLUP para cronologias baixo e alto-quinzentistas.³ Para além disto, alguns artigos foram também já redigidos tendo em conta dados retirados deste códice. Assim, a questão que se colocou desde o início foi a de tentar explorar ao máximo este códice. Contudo, há que reconhecer que tal é impossível em termos absolutos, pois entre qualquer trabalho existe sempre um ou outro ponto de contacto, de convergência ou de divergência, face ao qual não podemos passar à margem. Pensamos, pois, agora, ter conseguido estabelecer um ponto de equilíbrio estável entre o "já dito" e o que julgamos poder ser original.

Assim, pretendemos trazer de novo, sobre esta temática, um olhar, primeiro que tudo, para os vazios da documentação, bem como aventar explicações para esses mesmos vazios. Esta crítica documental de veracidade implicará olhar para este códice como um texto escrito por alguém num contexto específico, importando pesar que o que é escrito poderá não ser a realidade tal qual se apresentaria em termos coevos, mas sim uma visão da mesma por parte de um dos muitos poderes em presença em Palmela, neste caso o da Ordem de Santiago.⁴

Por outro lado, tentar desenhar o quadro físico imóvel da época constitui uma nova abordagem ao tema, não ficando tão-somente pela enumeração e quantificação dos dados, mas sim observando-os numa dupla perspectiva quantitativo-qualitativa. O uso da análise toponímica será uma metodologia de abordagem fundamental para esta alínea do nosso estudo.

Noutra vertente, será no elemento humano que procuraremos abordar os dados de forma mais díspar do que até agora foi feito. A análise antroponímica de todos os indivíduos registados a partir da documentação, o elaborar de uma sociologia do espaço da vila e do seu termo, tentando discernir áreas socioeconómicas das diversas zonas de assentamento, e um estudo da componente religiosa da comenda, concorrem para lançar novas luzes sobre estes temas a nível regional e local, podendo também extrapolar-se, a título comparativo, para o todo nacional.⁵

Por último, importa referir um facto que consideramos fundamental nesta tese, e que é o de, em anexo ao estudo que realizamos, seguir a transcrição integral do códice, visitação e tombo de Setúbal incluídos, numa transcrição que se baseará em critérios pré-definidos, que correspondem *grosso modo* aos mesmo utilizados nas edições do CEH-UNL e para os quais remetemos.⁶

Deste modo, o objectivo desde projecto de investigação prende-se com a análise aprofundada e detalhada de um documento absolutamente paradigmático para o estudo das comendas das Ordens Militares: o auto da visitação e tombo das propriedades da comenda de Palmela de 1510, levado a cabo pela Ordem de Santiago.⁷

³ Ver as seguintes teses: Cristina Alves, *A Propriedade da Ordem de Santiago em Palmela, As Visitações de 1510 e 1534* (Porto: 2004); Maria Regina Soares Bronze Ramos, *As Igrejas de Palmela nas Visitações do Século XVI – Rituais e Manifestações de Culto* (Porto: 2004); Maria Isabel Oleiro Lucas, *As Ermidas da Ordem de Santiago nas Visitações de Palmela do Séc. XVI* (Porto: 2004).

⁴ Sobre a importância da dialéctica entre "texto" e "contexto", ver a obra de Jaume Aurell, "El giro cultural", in *La escritura de la memoria. De los positivismo a los postmodernismos* (Valencia: PUV, 2005), 177-198.

⁵ Para uma síntese sobre as potencialidades da micro-História no sentido de fazer macro-História, ver a obra de Jaume Aurell supracitada na nota anterior.

⁶ Para efeitos de referência, remetemos para a recente edição da chancelaria de D. João I, *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, org. João José Alves Dias, vol. IV, t. II (Lisboa: CEH-UNL, 2006) 8.

⁷ AN/TT, Ordem de Santiago/Convento de Palmela, códice 151, mf. 727/727A.

Elaborado no âmbito institucional do Mestrado em História Medieval, a decorrer na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, e principiado no ano lectivo de 2008-2009, a opção epistemológica tomada foi no sentido de elaborar um esboço, o mais preciso possível, tendo em conta os constrangimentos de calendário e de limite físico legal da tese final a apresentar, das paisagens urbana e rural que definiam a Palmela dos finais da Idade Média. Por outro lado, nenhuma paisagem estaria completa se não fosse percorrida pelo elemento humano que a dinamizava, que a explorava e que nela vivia o seu quotidiano. Deste modo, o derradeiro capítulo dirá respeito à componente humana e às suas vivências e práticas religiosas no cenário da Palmela dos finais da Idade Média.

Veja-se o seguinte esquema:

- Introdução

- 1: O códice da Visitação e Tombo de propriedades da Ordem de Santiago de 1510:

- 1.1 Estado da arte sobre o tema
- 1.2 A Normativa em torno das visitasões e constituições de tombos de propriedade na Ordem Militar de Santiago
- 1.3 Estrutura interna e morfologia
- 1.4 Potencialidades e limites

- 2: Paisagens e propriedades urbanas e rurais:

- 2.1 O espaço urbano
- 2.2 O espaço rural

- 3: A componente humana:

- 3.1 Os nomes
- 3.2 Para uma sociologia do espaço da vila e termo de Palmela
- 3.3 Práticas de religiosidade

- Conclusão

- Fontes e Bibliografia

- Anexos:

- I Visitação e Tombo de Palmela de 1510
- II Cartografia
- III Tabelas

Assim, em primeiro lugar, constará o capítulo concernente à elaboração dos códices das visitasões das comendas da Ordem de Santiago. Neste ponto, abordar-se-á a normativa que regula esta prática, estando na base desta análise, para a questão dos tombos de propriedade, as Ordenações régias⁸, nomeadamente as Manuelinas, mas também observando as modificações que existiram, ou não, em função da problemática em causa, desde aquelas outras – D. Duarte e D. Afonso V – mais recuadas. Por outro lado, visto tratar-se de uma comenda da Ordem Militar de Santiago, o estudo da *Regra e Estatu-*

⁸ Devido à cronologia do códice em estudo, serão as Ordenações Manuelinas aquelas que terão mais peso nesta análise, nomeadamente devido ao facto de D. Manuel, em 1505, ordenar a constituição de tombos de propriedade. Não obstante, será interessante verificar em termos, digamos, diacrónicos, o evoluir da normativa régia neste âmbito. Para tal, vejamos:

- D. Duarte: http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verobra.php?id_obra=71;
- D. Afonso V: http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verobra.php?id_obra=70;
- D. Manuel I: http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verobra.php?id_obra=72.

tos afigura-se óbvio, principalmente no que diz respeito ao regimento de visitas inserido nas mesmas.⁹

Será ainda lançado um olhar sobre as potencialidades e limites historiográficos que um códice deste cariz possui. Percorrendo os itens essenciais que norteiam a produção de uma monografia histórica, será estabelecida uma analogia com as informações que são possíveis de extrair do referido códice, sendo daí possível aferir até que ponto poderemos ir ao olharmos tão-somente para esta documentação e, por outro lado, o que mais teríamos de procurar se quisermos preencher as lacunas da referida fonte.

O derradeiro aspecto a observar dirá respeito àquele que é já um lugar-comum neste tipo de trabalhos, e que é o da descrição física do documento, o que ajudará o leitor a situar-se perante o documento em estudo.

No segundo capítulo, partimos já para a análise dos dados que conseguimos obter a partir dos fólhos em presença. Aqui, será dada atenção às paisagens medievais, que poderemos reconstituir para a vila de Palmela e seu termo. A informação é relativamente significativa neste aspecto, embora, na maioria das vezes, dispersa e oculta. Através dos dados retirados tanto do texto da visitação, como dos documentos de contratos de propriedades da Ordem, inseridos no tomo, conseguimos elencar vários elementos que permitem fazer um esboço da malha urbana da vila, edificado e rede viária, bem como observar os pontos nevrálgicos da mesma, aqueles onde a vida urbana teria a sua maior expressão, nomeadamente através da identificação dos edifícios de prestígio que a Ordem possuía no interior da vila, identificando-se também a existência de outras infra-estruturas que apontam no mesmo sentido. Isto ao nível da área urbana. Quanto às zonas rurais, uma cuidadosa e aprofundada análise toponímica permitiu identificar o local de assentamento da grande maioria das propriedades referidas no tomo. A sua identificação e o observar do panorama geral das mesmas permitirá claramente discernir as diferenciadas manchas de produção agrícola que envolviam Palmela neste período e, desse modo, recuperar a imagem das mesmas através desta (re)construção da paisagem fundiária palmelense.

Transversal a este estudo, teremos uma análise das várias unidades de paisagem e de produção, bem como habitacionais, de onde poderemos, ou não, como se verá, retirar informes relativos, por exemplo, a quantitativos de produção, dimensões relativas das várias parcelas, e ainda quais as culturas agrícolas então dominantes em Palmela. Enfim, uma multiplicidade de dados que nos são fornecidos pelo vasto número de contratos de aforamento que nos chegaram através deste códice. Neste ponto, caberá não apenas aquela propriedade, localizada em espaço extra-urbano, mas também a que se encontra dentro da vila. Será, pois, interessante verificar a existência de "manchas verdes" dentro ou imediatamente contíguas aos limites da localidade, e reflectir sobre aquela que é uma questão recorrentemente debatida na historiografia referente a esta temática, nomeadamente no que diz respeito às cronologias e categorias medievais, e que é a da interpenetração campo-cidade, principalmente numa localidade que não era amuralhada.¹⁰

Por fim, a última alínea dirá respeito ao elemento humano, que preenche, deambula por, trabalha, convive em todos os espaços que anteriormente procurámos

⁹ Foram consultados as seguintes versões: Regra da Ordem de 1281 e Regra e Estatutos de Santiago de 1509; para uma bibliografia, sumária, sobre o estudo desta documentação, ver: Philippe Josserrand, *Église et pouvoir dans la Péninsule Ibérique des Ordres Militaires dans le Royaume de Castille (1252-1369)* (Madrid: Casa de Velázquez, 2004); Isabel Lago Barbosa, *A Ordem de Santiago na Baixa Idade Média: normativa e prática – Militarium Ordinum Analecta*, nº 2, dir. Luís Adão da Fonseca (Porto: Fundação Engº António de Almeida, 1999); Cristina Pimenta, *As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média: O Governo de D. Jorge* (Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 2002). Ainda, consultar a edição da *Regra e Estatutos da Ordem de Santiago*, G. Galharde, 1540 (in Biblioteca Nacional, Reservado 129V e reservado 130V), relativamente à Regra e Estatutos aprovados em Capítulo Geral realizado no Convento de Palmela em 1508. Estes códices foram recentemente disponibilizados na BN-Digital, com os seguintes links: <http://purl.pt/14702> (edição de 1509), <http://purl.pt/14634> (edição de 1540).

¹⁰ A título de exemplo, veja-se: Hermínia Vasconcelos Vilar, *Abrantes medieval (1300-1500)* (Abrantes: Câmara Municipal de Abrantes, 1988) 22-23; não consideramos, no entanto, que a inexistência de muralha se deva, como em Abrantes, à pouca importância militar/defensiva da vila, uma vez que Palmela foi, em tempo de "Reconquista", absolutamente essencial a esse nível. Não obstante, tal como em Abrantes, é notório que a ausência de uma cerca em redor do núcleo urbano permite maior inter-relação sócio-económica entre estes os mundos rural e urbano.

(re)desenhar. Neste contexto, procurar-se-á elaborar, primeiro que tudo, um rol de todos os indivíduos que são referidos no códice, procurando separar aqueles que são referidos a nível directo, isto é, que ou são foreiros a quem é dado ou confirmado determinado foro, ou que são clérigos da Ordem ou oficiais do concelho, etc., distinguindo-os daqueles que são indicados de modo indirecto, ou seja, através das confrontações das propriedades ou, por exemplo, a título de ascendência ou descendência familiar, bem como qualquer outro que surja ao longo de todo o texto e que não seja referido, pelo escrivão, directamente em qualquer documento. Neste âmbito, visto encontrarmos referências quanto aos quantitativos populacionais da vila e termo, inseridos no cabo do texto da visitação, debruçar-nos-emos um pouco, também, sobre esta matéria.¹¹ Feita, então, a enunciação e, tanto quanto possível, a quantificação dos mesmos, importará reflectir, ao nível onomástico, sobre esses elementos. Elaborar-se-á uma análise antroponímica de modo a tentar identificar os vários estratos sociais com os quais deparamos.¹² Com esta análise, aliando as informações extraídas para o estudo das propriedades foreiras e outras inseridas nas confrontações, tentaremos cartografar, socio-geograficamente, a dispersão destes mesmos indivíduos pela paisagem estudada, e daí tentar discernir zonas de assentamento mais prestigiadas, tanto urbanas como rurais.

Por último, e visto tratar-se de um texto emanado de uma instituição de cariz religioso, o derradeiro ponto dirá respeito precisamente aos traços de religiosidade que encontramos na documentação consultada. Os dados são variados e dispersos, abundantes nalguns domínios, que outros autores já exploraram, diminutos noutros aspectos. Aquando da apresentação deste texto no encontro organizado pelo Grupo Informal de História Medieval, em 2009, realizávamos um estado da arte consagrado ao estudo dos códices de visitação das Ordens Militares. Neste âmbito, acabou por se confirmar a reflexão apriorística que então apresentáramos, a de que os estudos ao nível da disciplina Histórica são ainda escassos, nomeadamente se tivermos em linha de conta a riqueza de conteúdos intrínseca a estes códices, sendo predominantes os estudos ao nível da História da Arte.¹³

No fundo, trata-se de dados, aqueles a relevar do códice em estudo, relativos quer a práticas de religiosidade leigas, concernentes a confrarias, hospitais, testamentos, doações, quer clericais, referentes tanto à clerezia da Ordem como a clérigos exteriores a esta, respeitantes à prática dos actos culturais, entre outras questões.

Para tudo isto concorre a aplicação de uma metodologia específica. Para além de uma "dissecção" profunda do códice em estudo, optámos por importar de outras disciplinas os avanços epistemológicos que levaram a cabo na temática de que nos ocupamos. Assim, constatámos que quem trabalha estas áreas não pode continuar a manter à margem os dados emanados da Arqueologia¹⁴ e da História da Arte e trabalhar apenas o documento escrito. Estas duas disciplinas, com métodos, conceitos e problemáticas próprias, são de uma enorme importância para esta tese. Aqui, reportamo-nos, fundamentalmente, aos trabalhos levados a cabo pela já referida Dr^a. Isabel Cristina Fernandes e pela sua equipa em Palmela¹⁵, cujas intervenções referentes à arqueologia urbana

¹¹ Sobre a questão demográfica, veja-se João José Alves Dias; *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do XVI)* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996).

¹² Apesar dos riscos advindos da extrapolação, a partir dos nomes, no sentido de estabelecer uma identificação social dos indivíduos presentes no códice, tentaremos, nomeadamente através dos apodos, apontar aqueles casos que nos parecem mais seguros e sugerir aproximações àqueles que nos merecem maiores cuidados. Para esta questão, os estudos, indicados na bibliografia anexa a este artigo, da professora Iria Gonçalves, serão de uma mais-valia fundamental.

¹³ Para um aprofundamento desta matéria veja-se: João Costa, "As Visitações das Ordens Militares (séculos XV-XVI) na historiografia medieval portuguesa", *Revista Sapiens*, n.º 1 (2009), 34-63, http://www.library.uq.edu.au/ssah/useits/chicago15A_useit.pdf.

¹⁴ Para uma panorâmica da arqueologia medieval no nosso território até 2005, veja-se: Isabel Cristina Ferreira FERNANDES, "Arqueologia Medieval em Portugal: 25 anos de investigação", *Portugalia*. Separata do vol. XXVI (Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Património – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005) 159-166.

¹⁵ Vejam-se os guias de exposições relativas aos dados levantados das várias campanhas arqueológicas levadas a cabo pela dita equipa: Isabel C. F. Fernandes, António Rafael Carvalho, *Arqueologia em Palmela 1988/92 – Exposição* (Pal-

e rural revelaram informações preciosas ao nível da traça da vila, bem como da identificação de algumas infra-estruturas e de regiões envolventes da mesma. Por outro lado, a elaboração recente de um inventário histórico-artístico do concelho de Palmela¹⁶ permitiu suprir vazios da documentação e, assim, auxiliar na cartografia de edifícios que encontramos mencionados no códice espatário.

Também a Geografia terá o seu papel em termos da interpretação de algumas problemáticas que foram sendo levantadas ao longo da investigação, principalmente através dos estudos de Orlando Ribeiro e de Jorge Gaspar¹⁷, que aliam à componente e à matriz geográficas um forte cunho historiográfico, numa aliança próspera que permite abordagens interessantes, como por exemplo no que diz respeito aos processos de implantação, de desenvolvimento e incremento de uma determinada localidade numa dada região; processos estes justificados pelas condições geomorfológicas e climatéricas do local de assentamento.

A estas ferramentas juntamos o método cartográfico¹⁸, fundamental para se ter uma noção mais precisa e segura do espaço sobre o qual nos debruçamos e que auxiliará na análise das realidades socioeconómicas da comenda de Palmela.

Refira-se ainda a abordagem comparativa, pontual, que pretendemos inserir nestes estudos. Visto tratar-se de uma comenda da Ordem de Santiago, e ainda para mais tendo sido comenda-mor da Ordem, considerámos apropriado estabelecer uma comparação com outras duas localidades: Alcácer do Sal¹⁹, por também ela ter sido sede dos espatários no Reino Português, e Tomar²⁰, por ter sido sede de uma outra Ordem Militar, neste caso, a de Cristo. Como tal, será interessante verificar os pontos de confluência e de afastamento entre características destas localidades, e tentar discernir alguma matriz comum de ocupação, nomeadamente ao nível do preenchimento do espaço urbano e das infra-estruturas de controlo dos pontos nevrálgicos da malha urbana de cada uma. Interessante será também observar quais as nuances existentes no que se refere às suas zonas de implantação: Palmela e Alcácer do Sal são sobranceiras ao Sado, mas mesmo assim com índoles singulares entre si, e Tomar é uma vila estremenha relativamente próxima do Rio Tejo. Trata-se, pois, de uma tentativa de aplicar a ideia, defendida por José Mattoso, na sua obra *Identificação de Um País*²¹, de analisar o nosso objecto de estudo com base numa inserção regional e de comparação, posterior, à escala nacional – o autor chega mesmo a defender, caso seja consentâneo com o objecto em estudo, uma análise comparativa e integrada de âmbito ibérico.

Assim, embora a tese propriamente dita diga respeito à (re)construção da paisagem medieval de Palmela, ela insere-se na temática das Ordens Militares, nomeadamente por ser um códice que é elaborado no contexto da chancelaria da Ordem de Santiago.

mela: Câmara Municipal de Palmela, 1993); *Palmela Arqueológica. Espaços, vivências, poderes – Roteiro exposição*. coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes e Michelle Teixeira Santos (Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 2008).

¹⁶ Vítor Serrão, José Meco, *Palmela Histórico-Artística: um inventário do património artístico do concelho* (Lisboa/Palmela: Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 2007).

¹⁷ Ver trabalhos de Orlando Ribeiro e de Jorge Gaspar; Orlando, RIBEIRO, "Cidade", in *Dicionário de História de Portugal*, vol. II (Porto: Livraria Figueirinhas, 1981) 60-66, também presente, do mesmo autor, em *Opúsculos Geográficos – Temas urbanos*. vol. V (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994); Jorge Gaspar, "A cidade portuguesa na Idade Média. Aspectos da estrutura física e desenvolvimento funcional", in *La ciudad hispánica durante los siglos XIII al XVI*. t. I (Madrid: Universidad Complutense, 1985) 133-147. Acrescente-se, ainda, o recente trabalho de Mário Viana, *Espaço e Povoamento numa vila portuguesa. Santarém 1147-1350* (Lisboa: Caleidoscópio/Centro de História da Universidade de Lisboa, 2007).

¹⁸ Com base nas cartas militares – 443, 453, 454, 455 – referentes à zona de Palmela, bem como a todo o território envolvente, desde a costa atlântica até à península de Tróia. Foi também decisivo o contacto com alguns métodos cartográficos levantados de monografias sobre localidades medievais portuguesas, de onde retirámos os modelos de apresentação cartográfica que seguirão em anexo. Ainda sobre este ponto, importa alertar para a necessidade que haveria de em Portugal ser levado a cabo um workshop sobre cartografia histórica, o que seria de mais-valia para todas as cronologias historiográficas e auxiliaria o leitor e mesmo o investigador a situar-se no espaço sobre o qual o corpo do texto incide. Após a comunicação no encontro do GIHM, em 2009, tivemos ainda acesso a cartografia antiga sita no IGP e na divisão de Infra-estruturas do Exército, cujas cotas seguem no Anexo Bibliográfico apenso a este artigo.

¹⁹ Maria Teresa Lopes Pereira, *Alcácer do Sal na Idade Média* (Lisboa, Colibri, 2001).

²⁰ Manuel Sílvio Alves Conde, *Tomar medieval. O espaço e os homens* (Cascais: Patrimonia, 1996).

²¹ José Mattoso, *Identificação de um País – Oposição. Composição (1096-1325)*, vols. I-II (Lisboa: Estampa, 1995).

Deste modo, trata-se do estudo da inserção local de uma Ordem e do modo como esse mesmo agente actua perante as realidades humana e espacial locais.

Neste âmbito, por um lado estamos, tematicamente, perante uma investigação na área da História da Cidade Medieval, sobre a qual, em termos historiográficos, podemos indicar os trabalhos monográficos elaborados, fundamentalmente, no âmbito da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, mais concretamente em contexto do seminário de História da Cidade Medieval leccionado pelo Professor Oliveira Marques, e que prosseguiu e prossegue, proficuamente, com a Professora Iria Gonçalves e, mais recentemente, com a Professora Amélia Andrade, bem como os estudos que podemos encontrar nos volumes das *Paisagens rurais e urbanas*²², publicados pelo Centro de Estudos Históricos da mesma Universidade. Isto ao nível nacional. Partindo para o além-fronteiras, o espectro historiográfico não tem qualquer comparação, existindo inclusive, desde há muito, sínteses de história urbana²³, facto que não ocorre em Portugal. Assim, e para citar obras recentes, reservemo-nos à referência dos encontros científicos sobre a Cidade Medieval realizados anualmente em Nájera²⁴, a partir dos quais tomamos contacto com os novos paradigmas e linhas de investigação nesta área que vão sendo levados a cabo um pouco por todo o Ocidente Europeu.

Quanto à segunda temática onde poderemos enquadrar este projecto de tese, o estudo das Ordens Militares desenvolveu-se, em Portugal, fundamentalmente através da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, mediante a publicação sistemática de números da revista *Militarium Ordinum Analecta*²⁵, dirigida pelo professor Luís Adão da Fonseca, onde a temática das Ordens é abordada, principalmente na sua perspectiva normativa e institucional. Paralelamente a esta, temos as iniciativas da Câmara de Palmela através do Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago, nomeadamente na pessoa da Dr^a. Isabel Cristina Fernandes que, em muito têm contribuído para a divulgação desta temática, através da realização de encontros e cursos sobre as Ordens²⁶, bem como pelo estabelecimento do GEsOS, que disponibiliza a sua biblioteca à investigação de todos quantos percorrem os trilhos das Ordens. Importa ainda referir a investigação do Professor Luís Filipe Oliveira, nomeadamente a sua recente tese de douto-

²² *Paisagens Rurais e Urbanas. Fontes, Metodologias, Problemáticas*, vols. I-III (Lisboa: CEH-UNL, 2005-2007).

²³ O panorama português em relação às sínteses sobre história da cidade não se mostra profícuo. O primeiro que surgiu foi o da súpula elaborada por Sérgio Luís Carvalho, *Cidades Medievais Portuguesas. Uma introdução ao seu estudo* (Lisboa: Livros Horizonte, 1989), que, contudo, tem as limitações e as imprecisões que se lhe conhecem. Por outro lado, as únicas, recentes, boas sínteses que foram feitas, para além dos estudos, pontuais, sobre este ou aquele determinado aspecto sobre a cidade medieval (ver bibliografia em anexo), foram elaboradas por Amélia Aguiar Andrade, *Horizontes Urbanos Medievais* (Lisboa: Horizonte, 2004), que, quase num tom narrativo, conduz o leitor através de uma imaginada e paradigmática localidade medieval, onde aponta a morfologia da mesma, o edificado que a compõe, a rede viária que a estrutura, a componente humana que lhe dá vida. Enfim, é actualmente a única boa síntese, actualizada, de que dispomos em termos de panorama historiográfico português.

²⁴ Focando toda uma multiplicidade de aspectos referentes à organização, estrutura e vida quotidiana na cidade medieval.

²⁵ *As Ordens Militares no Reinado de D. João I – Seminário Internacional de Ordens Militares – Militarium Ordinum Analecta*. dir. Luís Adão da Fonseca, nº 1 (Porto: Fundação Eng^o António de Almeida, 1997); *As Ordens de Cristo e de Santiago no Início da Época Moderna: a Normativa, Militarium Ordinum Analecta*, dir. Luís Adão da Fonseca, nº 2 (Porto: Fundação Eng^o António de Almeida, 1999); *A Ordem Militar do Hospital em Portugal – Militarium Ordinum Analecta*, dir. Luís Adão da Fonseca, nºs 3-4 (Porto: Fundação Eng^o António de Almeida, 2000); Cristina Pimenta, *As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média: o Governo de D. Jorge – Militarium Ordinum Analecta*, dir. Luís Adão da Fonseca, nº 5 (Porto: Fundação Eng^o António de Almeida, 2001); *A Ordem de Cristo (1417-1521) – Militarium Ordinum Analecta*, dir. Luís Adão da Fonseca, nº 6 (Porto: Fundação Eng^o António de Almeida, 2002); Paula Pinto Costa, *Livro dos Copos – Militarium Ordinum Analecta*. dir. Luís Adão da Fonseca, nº 7 (Porto: Fundação Eng^o António de Almeida, 2006); Joel Silva Mata, Ferreira, *A Comunidade Feminina da Ordem de Santiago: A Comenda de Santos em finais do Século XV e no Século XVI – Um Estudo Religioso, Económico e Social – Militarium Ordinum Analecta*, dir. Luís Adão da Fonseca, nº 9 (Porto: Fundação Eng^o António de Almeida, 2007).

²⁶ *As Ordens Militares em Portugal. Actas do 1^o Encontro sobre Ordens Militares*, coord. Paulo Pacheco e Luís Pequeto Antunes (Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 1991); *As Ordens Militares em Portugal e no Sul da Europa*. coord. Isabel Cristina F. Fernandes e Paulo Coelho (Lisboa: Colibri-Câmara Municipal de Palmela, 1997); *As Ordens Militares em Portugal e no Sul da Europa*. coord. Isabel Cristina F. Fernandes e Paulo Coelho (Lisboa: Colibri-Câmara Municipal de Palmela, 1997); *Ordens Militares. Guerra, Religião, Poder e Cultura*, vols. I-II, coord. Isabel Cristina F. Fernandes (Lisboa: Colibri-Câmara Municipal de Palmela, 1999); *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental*, coord. Isabel Cristina F. Fernandes (Lisboa: Colibri-Câmara Municipal de Palmela, 2005). Para além destes encontros internacionais, também se organizaram, e organizam, anualmente, cursos sobre as Ordens Militares, que vão já na sua 9^a sessão.

ramento, que se debruça sobre a sociologia das Ordens – Avis e Santiago – dirigindo também um grupo de trabalho sobre este tema, inserido no Instituto de Estudos Medievais da FCSH-UNL.²⁷ Actualmente, são três as teses de mestrado e pelo menos uma de doutoramento que se preparam, na referida faculdade, e que incidem sobre as Ordens Militares, cada uma partindo de prismas diferentes, sendo pois com agrado que pretendemos juntar o nosso nome àqueles que anterior ou simultaneamente caminham para colocar ao dispor do público os conhecimentos e conclusões de investigações levadas a cabo nesta área.

Quanto ao panorama internacional sobre esta última temática, optámos por uma delimitação ao espaço ibérico, até porque a Ordem de Santiago é de implantação ibérica, apontando três nomes paradigmáticos deste campo de investigação: Derek Lomax, Philippe Josserand e Carlos Ayala de Martínez.²⁸

Para concluir, importa referir algo fundamental no contexto deste II Ciclo de estudos e que é o realçar do esforço e auxílio prestados pelos docentes do Mestrado de História Medieval da FCSH-UNL, e mesmo de outros não vinculados a este curso. De facto, foi-nos possível levar a cabo a elaboração de praticamente todos os capítulos de tese – à excepção do primeiro –, nas suas linhas gerais, claro está, no âmbito das disciplinas e seminários do Mestrado. De facto, com as restrições de tempo impostas pela reforma de Bolonha, deverá (sobre)valorizar-se ainda mais este esforço, disponibilidade e pragmatismo evidenciados pelos docentes deste mestrado, e que permitiu uma considerável economia de tempo e o levar a bom-porto deste projecto.

²⁷ <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/grupos-investigacao/nobreza-iem.html>.

²⁸ Respectivamente: Derek W. Lomax, *La Orden de Santiago* (Madrid: 1965) e *Las Órdenes Militares en la Península durante la Edad Media* (Salamanca: 1976); Philippe Josserand, *Église et pouvoir dans la Péninsule Ibérique des Ordres Militaires dans le Royaume de Castille (1252-1369)* (Madrid: Casa de Velázquez, 2004); Carlos Ayala De Martínez, *Las Órdenes Militares en la Edad Media – Cuadernos de Historia*, nº 57 (Madrid: 1998) e *Las Ordenes Militares Hispánicas en la Edad Media (Siglos XII-XV)* (Madrid: 2007).